



## Fascistização e educação superior: o futuro da universidade pública em xeque

*Fascistization and Higher Education: the future of the university in check*

**Janaína DUARTE\***

 <https://orcid.org/0000-0003-4847-4048>

**Kátia LIMA\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-2603-3690>

### Introdução

O presente artigo nasce dos estudos do Grupo de Estudos Político-Sociais/POLITIZA da Universidade de Brasília (UnB) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social/GEPESS da Universidade Federal Fluminense (UFF) que formam a Rede Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social (Rede CADESS) que tem como objetivo analisar as reconfigurações na política de educação e o seu significado para a formação profissional e o trabalho do assistente social na área da educação.

Apresentamos, nos limites deste texto, algumas reflexões realizadas nos referidos grupos de pesquisa e na Rede CADESS sobre o intenso processo de reestruturação das universidades federais, conduzidos no período 2016-2021 pelo governo federal. Fundamentado nas análises do saudoso intelectual militante Florestan Fernandes, o texto está estruturado em duas seções, além desta breve introdução. Na primeira seção, em diálogo com o pensamento florestaniano, evidenciamos os aspectos centrais do *dilema educacional* em uma sociedade marcada por sua inserção capitalista dependente na economia mundial. Pensar a formação social brasileira e a relação entre o padrão dependente de desenvolvimento e de educação constitui, na nossa avaliação, importante chave analítica para a compreensão dos dilemas educacionais brasileiros.

---

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. (UnB, Brasília, Brasil). Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília (DF), CEP.: 70910-900. E-mails: [jana.lopesduarte@gmail.com](mailto:jana.lopesduarte@gmail.com); [janaduarte@unb.br](mailto:janaduarte@unb.br).

\*\* Assistente Social. Doutora em Educação. Professora Associada da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. (UFF, Niterói, Brasil). Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº, Campus do Gragoatá, São Domingos, Niterói (RJ), CEP: 24210-201. E-mail: [katiaslimauff@gmail.com](mailto:katiaslimauff@gmail.com).



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Na segunda seção, intitulada *Fascistização das estruturas de poder e ofensiva à educação superior pública*, analisamos as principais ações dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro em relação à política de educação superior. Partimos das reflexões sobre o aprofundamento dos traços fascistóides constitutivos da natureza da burguesia brasileira no referido período, examinando, particularmente, as ofensivas à universidade pública. Como exemplos desta ofensiva, destacamos: os cortes no financiamento público das universidades federais e o processo em curso de reconfiguração dos seus projetos político-pedagógicos e de gestão, especialmente a partir da intervenção do governo federal nas instituições federais de ensino, bem como por meio da nomeação de reitores não eleitos pelas comunidades acadêmicas e da apresentação do Programa Future-se.

Por fim, apresentamos alguns princípios fundamentais e indicativos para o fortalecimento das resistências na atualidade. Cabe dizer que as lutas atuais em defesa da educação pública são organizadas em momento bastante adverso devido ao contexto pandêmico, marcado por mais de 29 milhões de contaminados pelo SARS CoV-2 e mais de 650 mil mortos em nosso país. Consideramos, desta forma, que pensar a realidade brasileira e os seus dilemas e desafios educacionais constitui tarefa urgente e necessária, para a qual apresentamos uma pequena contribuição na forma deste artigo.

## **1 Bases do dilema educacional no capitalismo dependente**

O dilema educacional brasileiro só pode ser compreendido quando inscrito nos nexos estruturantes de uma sociedade capitalista dependente. O exame destes nexos evidencia os limites da expansão da educação superior pública em nosso país, isto é, uma expansão determinada pelos interesses imperialistas associados a uma burguesia nativa extremamente antinacional e antissocial, cuja mentalidade encontra suas raízes na mentalidade racista e violenta do senhor rural.

A transição das economias coloniais para o capitalismo moderno se fez sob o impulso da inclusão do país na economia mundial sem implicar em um colapso das estruturas coloniais, na medida em que a comercialização de matéria-prima no mercado mundial exigia a sua persistência. Imperialismo e capitalismo dependente constituem, portanto, duas faces do projeto burguês de sociabilidade que denotam os limites da descolonização em nosso país.

Florestan Fernandes (1979a), no livro *Circuito Fechado* analisa como o processo de emancipação política ocorreu, no Brasil, sem que a descolonização fosse esgotada. Pelo contrário, foi preciso que

[...] a descolonização fosse contida e, ao mesmo tempo, se desenrolasse sinuosamente, como um processo ultra prolongado. Ainda lutamos não só com as sequelas de estruturas 'herdadas' da era colonial ou da escravidão. Vemos como o capitalismo competitivo ou, em seguida, o capitalismo monopolista, revitalizam muitas dessas estruturas, requisito essencial para a intensidade da acumulação do capital ou a continuidade de privilégios, que nunca desaparecem, e de uma exploração externa, que sempre muda para pior (FERNANDES, 1979a, p. 4-5).

Este processo resultou em particularidades na mercantilização da força de trabalho, caracterizando a organização do mercado de trabalho interno e o processo de transição entre a extinção do sistema colonial e a implantação do trabalho livre, vendido como mercadoria. Florestan Fernandes (1975a) demonstra que, no Brasil, este mercado não funciona segundo os requisitos de uma economia capitalista competitiva, não preenchendo, sequer, a função de incluir todos os vendedores reais ou potenciais da força de trabalho, pois a sua mercantilização ocorreu (e ainda ocorre) nos marcos da sobrevivência das economias de subsistência e das formas extra capitalistas de sua mercantilização. Neste quadro analítico, o processo de mercantilização da força de trabalho e de organização do mercado interno, em um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial, está associado à estruturação da política de educação, particularmente da educação superior, que objetiva, justamente, a formação desta força de trabalho, pautando uma importante reflexão sobre as funções econômicas, sociais, políticas e ideológicas da educação no capitalismo dependente.

Assim, a articulação de formas heterogêneas e anacrônicas de produção, preenchendo historicamente determinada função na economia mundial, permite explorar intensamente o trabalho em bases anticapitalistas, semicapitalistas e capitalistas. São estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento que são combinadas no interior da sociedade nacional e inscritas na economia mundial, uma vez que as sociedades dependentes e as avançadas necessariamente apresentam processos de desenvolvimento capitalista que se constituem de forma desigual, mas que se combinam por associação (FERNANDES, 1968).

Tais reflexões evidenciam que o exame da configuração da luta de classes nos países capitalistas dependentes deve ser realizado de forma cuidadosa. Nesses países, a violência e o ódio de classe inerentes à ordem burguesa, nos marcos de suas ações contrarrevolucionárias, ganham contornos particulares pela própria natureza da burguesia nativa, indicando os limites do processo de expansão da educação superior.

As crises sistemáticas do capitalismo, que constituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a contrarrevolução, concebida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente. Processo este que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de democracia restrita, de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes (LIMA; SOARES, 2020).

Portanto, no capitalismo dependente, os padrões de sobre expropriação do excedente econômico e de hegemonia burguesa demandam uma ação contrarrevolucionária permanente e prolongada<sup>1</sup>, para garantir a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder. Se a violência, a exploração e a dominação burguesa são elementos estruturantes do capitalismo, em países capitalistas dependentes tais elementos são profundamente intensificados, especialmente, nos períodos de crise capitalista.

---

<sup>1</sup> Florestan Fernandes recupera, de forma primorosa, o conceito marxista de contrarrevolução burguesa para o exame das ações da burguesia no capitalismo dependente. Tais análises encontram-se especialmente em Fernandes (1968; 1980; 2005).

É, justamente, a partir deste quadro analítico que Florestan Fernandes inscreve os estudos sobre o desafio educacional brasileiro, uma vez que “[...] capitalismo dependente, luta de classes e heteronomia cultural são categorias chaves para a compreensão histórica também do *padrão dependente educacional no Brasil*, especialmente quanto à educação superior” (DUARTE, 2020a, p. 82).

Nestes termos, elencamos um conjunto de reflexões que norteiam os nossos estudos e pesquisas: qual o papel da educação, particularmente da educação superior, em um país capitalista dependente? Como capitalismo dependente, heteronomia cultural e fascistização das estruturas de poder se articulam, forjando os principais dilemas e desafios da universidade pública? Nos limites deste texto, abordaremos essas questões no item a seguir.

## **2 Fascistização das estruturas de poder e ofensiva à educação superior pública**

A obra florestaniana nos revela que, inscrita no dilema educacional constitutivo do capitalismo dependente, a universidade nasce e se desenvolve como um privilégio de classe, pois, a racionalidade burguesa instaurada no Brasil fez com que, historicamente, a conservadora burguesia brasileira tivesse dificuldades de garantir sequer as reformas educacionais exigidas pelo próprio capitalismo. Se no capitalismo, a ampliação do acesso à educação superior tem como funções a formação de força de trabalho, a difusão da concepção burguesa de mundo e a constituição da educação como campo de exploração lucrativa para o capital; no capitalismo dependente tais funções ganham contornos bastante específicos, denotando como as particularidades da dualidade educacional em nosso país assumem ares de um verdadeiro *apartheid* educacional que limita o acesso e a permanência dos estudantes trabalhadores na educação superior pública. Por isso, na sociedade brasileira, “[...] a educação superior vai se constituir sempre marcada pelas relações de opressão, desigualdade aguçada e dominação autocrática burguesa, cuja função central é atender às necessidades internas da dependência e da sua relação com o imperialismo” (DUARTE, 2020a, p. 83).

### **2.1 A privatização como processo estruturante na educação superior brasileira: os anos 1990 e o início do novo século**

A expansão do acesso à educação superior ocorre, historicamente, associada à ação direta do setor privado na área educacional, caracterizando um eixo estruturante desta política no capitalismo dependente e evidenciando um processo que terá novas expressões na década de 1990 e nas duas primeiras décadas do novo século (LIMA, 2007). Por isso, a educação superior brasileira e seus processos expansivos não garantem, de fato, a democratização do acesso e permanência a este nível educacional, mas, sobretudo

[...] expressam um movimento de continuidades e novidades (com aprofundamentos) voltadas para a contrarreforma dessa política, a partir das suas determinações estruturantes e de como seus elementos dinâmicos se materializam no tempo e no espaço. [...] cujo fio condutor estrutura o projeto de educação superior brasileiro constituído pela burguesia nacional em articulação com as demandas da burguesia internacional (DUARTE, 2020b, p. 72).

Os dados apresentados no Censo da Educação Superior de 2002 (BRASIL, 2002) revelam o processo de ampliação do número de Instituições de Ensino Superior/IES privadas durante a década de 1990 e início do século XXI. Em 1991, do total de 893 IES, 222 eram instituições públicas e 671 eram instituições privadas. Em 2002, identificamos o aumento do número de instituições privadas: do total de 1.637 instituições no país, 195 eram públicas e 1.442 eram privadas (BRASIL, 2002). Tal centralidade no setor privado, também pode ser observada no número de matrículas nos cursos de graduação. Em 1991, do número total de matrículas na graduação (1.565.056), 38,7% estava concentrado nas IES públicas, enquanto 61,3% estava nas IES privadas. Em 2002, identificamos o aumento exponencial no número de matrículas no setor privado: de 61,3%, em 1991, para 69,7% (BRASIL, 2002).

No ano 2000, o percentual de brasileiros com nível superior era de 4,4% (BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA) evidenciando uma das faces mais perversas da dualidade educacional no Brasil e mantendo a histórica concepção da educação como privilégio de classe.

O processo de privatização da educação superior não foi alterado no início do novo século, como revelam os dados do *Resumo Técnico do Censo da Educação Superior* (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017). Se em 1991 do total de 893 IES, 671 eram privadas; em 2017, do total de 2.448 IES, 2.152 eram instituições privadas, evidenciando o salto significativo de ampliação do referido setor nos primeiros anos do século XXI. A concentração de matrículas de graduação no setor privado também foi mantida, pois foram registradas 3.226.249 matrículas, sendo 589.586 nas instituições públicas e 2.636.663 nas instituições privadas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017). Na verdade,

[...] a educação superior vem se constituindo como política estratégica do projeto de reestruturação e mundialização do capital em tempos de crise (em especial), pois se compõe como espaço amplo de acumulação e, ao mesmo tempo, atende à requisição de formação profissional de um perfil compatível com os interesses capitalistas em cenário de crise (DUARTE, 2020b, p. 27).

A análise do número de instituições e de matrículas no período de 1991 a 2017 demonstra que a privatização se constitui como um eixo estruturante da política de educação superior no Brasil, inclusive a partir do uso do fundo público, por meio de ações como o Programa Universidade para Todos (ProUni) (BRASIL, 2005) e, especialmente, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (BRASIL, 2001) que tiveram centralidade na movimentação lucrativa do setor privado.

O fortalecimento deste setor como diretriz geral para a política de educação superior foi mantido no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 (BRASIL, 2014). Em relação à educação superior, as metas 12, 13 e 14 do PNE tratam, respectivamente, da elevação da taxa de matrícula neste nível de ensino, da qualificação do corpo docente e da elevação do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Entre as várias estratégias para o alcance das referidas metas na graduação e na pós-graduação está a expansão do FIES.

Além destes aspectos, a Meta 20, que trata da ampliação do investimento público em educação, indica que o patamar de 10% do PIB deverá ser atingido em 10 anos. Ao analisarmos o conteúdo desta meta articulado com a indicação do FIES como fonte de financiamento da educação superior, evidencia-se de que forma o PNE 2014/2024 privilegia os subsídios públicos para o setor privado da educação (LIMA, 2015).

Este fortalecimento do setor privado realizado pela autorização de funcionamento das IES privadas e de alocação direta e indireta do fundo público fez com que parte significativa das matrículas fosse mantida neste setor. Assim, quando examinamos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) referentes ao aumento no acesso ao nível superior ocorrido no início do novo século, em que cerca de 15,3% da população adulta com mais de 25 anos de idade havia concluído o ensino superior, verificamos que tal acesso ocorreu nas Instituições de Ensino Superior/IES privadas.

No contexto interno de crise econômica e política, como expressão da crise mais ampla do capitalismo, o Governo Dilma Rousseff (2011/2016), apesar de manter a política de concessão ao capital, tendo como pauta central o ajuste fiscal permanente<sup>2</sup>, encontrou-se pressionado por novas disputas, marcado, também, pelo aumento da efervescência social ocorrida no ano de 2013 (SAMPAIO JR., 2012; 2017). Tais disputas resultaram na condução do *impeachment* da presidenta por um golpe que inaugurou uma nova fase da ofensiva do capital realizada pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia, incidindo diretamente na intensa refuncionalização da política de educação superior.

Uma das principais ações de ataque à educação superior pública ocorreu pela aprovação em 15/12/2016, no governo Michel Temer, da Emenda Constitucional/EC 95 (BRASIL, 2016), promulgada depois de tramitar, na Câmara, como Proposta de Emenda à Constituição/PEC 241 e, no Senado, como PEC 55 e apesar das lutas da classe trabalhadora contra a sua aprovação. A EC 95/2016 instituiu o novo regime fiscal, limitando os gastos públicos por vinte anos, implicando no congelamento dos investimentos públicos nas políticas públicas, na medida em que revogou a vinculação das despesas com saúde e educação aos percentuais da receita líquida da União. Disso resultou que os investimentos públicos em saúde e educação terão, em termos reais, os mesmos valores de 2017, desconsiderando o crescimento da população brasileira e as demandas sociais pela ampliação do acesso à saúde e à educação públicas. Além disso, a EC 95/2016 congelou os reajustes salariais de funcionários públicos e a realização de concursos públicos.

---

<sup>2</sup> O tributo colonial da dívida pública e a lógica do ajuste fiscal permanente constituíram o fundamento político-econômico das principais ações do Governo Federal no período 2003/2016. Em 2006, final do primeiro governo Lula da Silva, 40% do Orçamento Geral da União foi gasto com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, enquanto 1,96% foi alocado para a educação. Em 2010, final do segundo governo Lula da Silva, 44% do Orçamento Geral da União foram gastos com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e 2,89% foram direcionados para o financiamento da educação. Em 2011, primeiro ano do governo Dilma Rousseff, 45,05% do OGU foram alocados para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e 2,99% para a educação. Em 2016, 43,94% do OGU foram gastos com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e 3,70% para a educação (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2019).

A análise da Sinopse Estatística da Educação Superior de 2017 (BRASIL, 2017) evidencia a condução do processo de mercantilização da educação superior. No referido ano, do total de 2.448 instituições de ensino superior no Brasil, 296 eram públicas e 2.152 eram privadas, distribuídas em: 199 universidades; 189 centros universitários; 2.020 faculdades isoladas; e 40 institutos federais e CEFETs.

O fortalecimento do setor privado, especialmente pelo ProUni e pelo FIES<sup>3</sup>, foi articulado à redução da verba pública alocada para a educação superior pública. Se projetarmos esta redução para os próximos vinte anos, como preconiza a EC 95/2016, as perspectivas de agravamento da situação são ainda maiores.

## **2.2 Novos traços, velhos processos: aprofundamento da ofensiva burguesa com Jair Bolsonaro**

É neste cenário de intensificação da ofensiva burguesa que a extrema direita assume o governo federal, com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro para Presidência da República. Tal ofensiva não é fenômeno exclusivamente brasileiro, mas global e conduzido com a hegemonia do capital financeiro e de seus parceiros nos países capitalistas dependentes, ocorrendo no Brasil, na Argentina, em Honduras, no Chile, sem mencionar, entre outros, o governo Donald Trump, nos EUA.

Em linhas gerais, como afirma Farage (2021), o governo Bolsonaro “[...] impõe a retirada de direitos, fomenta uma polarização social entre projetos antagônicos de sociedade e legitima ideologicamente o discurso de prioridade do capital” (FARAGE, 2021, p. 52). Ocorre que,

[...] aliando-se as contrarreformas à perspectiva anticência, fundamentalista, miliciana e militarizada, impulsiona-se uma verdadeira onda regressiva que impõe um retrocesso civilizatório pautado na perseguição, em *fake news* e no autoritarismo, que recuperam elementos da particularidade social brasileira, como o colonialismo, a escravização, a europeização cultural, o machismo, o sexismo e as opressões, de diferentes tipos. Nesse contexto, toda a sociabilidade é repensada, inclusive a educação superior (FARAGE, 2021, p. 53).

No governo Bolsonaro predomina um confronto direto com as universidades públicas, desde a campanha presidencial que culmina com ações efetivas no seu mandato. Neste sentido, Leher (2019, p. 28) ressalta que as intervenções deste governo

[...] agradam a segmentos que originalmente votaram no atual governo e nutrem forte sentimento anti-intelectualista, anticulturalista e anticientificista [...] A narrativa para desqualificar a universidade possui duas nervuras principais: 1) a crítica ideológica; e 2) a acusação de que gastam demais e não estão reconhecidas como universidades de excelência, o que só seria verdade se estivessem relacionadas entre as cem melhores universidades mundiais (LEHER, 2019, p. 28).

---

<sup>3</sup> Uma importante referência do aprofundamento da privatização está na instituição do Novo Fies pela Medida Provisória nº 785/2017 (BRASIL, 2017a), que dividiu o programa em modalidades, extinguindo o período de carências e obrigando os estudantes a começarem a pagar imediatamente o financiamento logo após a conclusão do curso, bem como abriu a possibilidade para financiamento pelos bancos privados, garantindo, ao capital, a ampliação de uma lucrativa movimentação no promissor *mercado educacional*. Consultar também a Lei 13.530 de 7 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017b).

Como enfatiza o ANDES/SN (2021a), cortes orçamentários na educação pública não se constituem como novidade diante do projeto privatista de educação, no entanto, na atualidade do Governo Bolsonaro

[...] atingiram um patamar que coloca em risco a existência das instituições públicas de ensino. De acordo com levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Ensino Superior, no orçamento federal, passou de uma dotação autorizada de R\$ 42,3 bilhões, em 2016, para R\$ 29,5 bilhões, em 2021, sendo que destes, R\$ 4,5 bilhões foram contingenciados, além de o autorizado ter sido menor, por ser alvo de vetos presidenciais (ANDES/SN, 2021a, não paginado).

Neste sentido, é fundamental recuperarmos algumas das reflexões apresentadas na primeira seção deste artigo sobre a natureza da burguesia brasileira para analisarmos o aprofundamento da ofensiva burguesa e o significado da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro concebida, em diálogo com o pensamento florestaniano, como a expressão de traços e tendências fascistóides na estrutura de poder em países capitalistas dependentes.

A identificação da autocracia burguesa como nexos estruturante do capitalismo dependente e da contrarrevolução burguesa como um processo permanente e prolongado, como analisado anteriormente, auxilia-nos a compreender a maneira em que esses traços de fascismo aberto, difuso e dissimulado se manifestam no Brasil como um elemento constitutivo do capitalismo no país que, em tempos de crise do capital, serão expressos em uma forma particular de fascismo. Trata-se de um fascismo de menor refinamento ideológico, mas profundamente autoritário e repressor, isto é, essencialmente contrarrevolucionário, como afirmava Fernandes (1981).

Em tempos de crise do capital e de avanço de sua ofensiva como estratégia para garantia das margens de lucro e manutenção da hegemonia burguesa, precisamos analisar como as classes se movimentam na disputa entre projetos antagônicos de sociabilidade, particularmente no capitalismo dependente, identificando como o esgotamento do processo civilizatório ocorre pela ampliação da violência e por meio da banalização da barbárie. Autocracia burguesa e contrarrevolução burguesa permanente e prolongada constituem, portanto, na obra florestaniana, dois eixos teóricos fundamentais para análise da luta de classes em países capitalistas dependentes e nos auxiliam no exame do processo que Fernandes (1981) identificou como a manifestação da fascistização das estruturas de poder nestes países que incidirá diretamente em ataques sistemáticos à universidade pública.

Para apreensão das particularidades da fascistização nos países capitalistas dependentes, Florestan Fernandes (1979b) ressalta que o Estado autocrático-burguês possui três faces: a democrática, a autoritária e a fascista. A face democrática expressa a condução da democracia restrita, isto é, uma democracia nos limites da autocracia burguesa que precisa garantir, ainda que minimamente, as funções de legitimação da ordem burguesa. A face autoritária é condutora de uma política econômica de linha dura, viabilizando a incorporação do país ao padrão de acumulação capitalista e a face fascista que, nos termos de Fernandes (1979b)



[...] se implanta 'dentro do Estado' e nasce de necessidades ultra repressivas e da institucionalização da opressão sistemática (sem ela, seria impossível o próprio capitalismo selvagem e a manutenção da ordem, pois os assalariados e os setores pobres se revoltariam, com apoio de divergentes de outras classes. A principal função dessa conexão é a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular) (FERNANDES, 1979b, p. 43-44).

No referido texto, examinando a contrarrevolução em escala mundial, o saudoso sociólogo (FERNANDES, 1979b), afirma que, em um “[...] contexto de agravamento das suas contradições, o capitalismo, para resguardar-se, caminha na direção do fascismo, da exacerbação do poder autoritário e da violência de classe” (FERNANDES, 1979b, p. 53).

Em *Poder e Contrapoder na América Latina*, Fernandes (1981) destaca que os regimes fascistas foram derrotados, “[...] o fascismo, porém, como ideologia e utopia, persistiu até hoje, tanto de modo difuso, quanto como uma força política organizada” (FERNANDES, 1981, p. 15). O autor analisa como a manifestação do fascismo persiste através de traços e tendências mais ou menos abertas ou dissimuladas, especialmente em países capitalistas dependentes, onde o autoritarismo foi largamente intensificado e reciclado. Assim, o fascismo nos países capitalistas dependentes “[...] pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que uma doutrinação de massa e movimentos de massa” (FERNANDES, 1981, p. 17).

Estes traços fascistóides, para o autor, apresentam também certas continuidades culturais herdadas das estruturas autoritárias de poder do colonialismo, mas não se constituem em meros produtos dessas estruturas arcaicas que são permanentemente recicladas. Tratando especificamente do Brasil, Fernandes (1981) analisa como os setores dominantes se organizam historicamente, a partir de composições civil-militares, denotando uma política conservadora-reacionária que articula interesses externos e internos, realizando a nova face dos padrões de sobre-expropriação do excedente econômico e de hegemonia burguesa e fazendo com que mesmo a ordem política estabelecida pela institucionalidade burguesa seja distorcida e reduzida para uma concepção totalitária de utilização do poder.

É neste sentido que os processos de fascistização buscam o controle da comunicação de massas; a opressão e neutralização da oposição e o controle da economia e das políticas sociais (especialmente a educação), inclusive pelo uso da militarização do poder. O processo de fascistização combina, portanto, o regime autoritário (por uma política econômica afinada com os interesses imperialistas), com a difusão de valores conservadores que encontram suas raízes na mentalidade colonial e com a militarização do poder, especialmente de funções estratégicas do Estado burguês no capitalismo dependente (LIMA; SOARES, 2020). Desta forma, a condição colonial permanente se renova e o ódio de classe, ressignificado cotidianamente desde o Brasil colônia, manifesta-se pela intolerância religiosa, pelo racismo, pela aversão ao índio, a homofobia e a misoginia.

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro materializa os traços fascistóides inerentes ao padrão de hegemonia burguesa no Brasil e apresenta como horizonte político o aprofundamento da pauta de ação política do governo Temer (2016/2018). Ao mesmo tempo em que opera a continuidade e o aprofundamento da política de privatização, o governo Bolsonaro (2019/em curso) apresenta novidades pela militarização das estruturas do aparelho do Estado, pelo alargamento da violência contra a classe trabalhadora e pela busca do silenciamento da crítica com a captura da subjetividade dos trabalhadores, tentando realizar, assim, o apassivamento das suas lutas.

### 2.3 Traços fascistóides atuais que incidem sobre a educação superior no Brasil

Os dados divulgados pelo ANDES/SN (2021b) sobre a militarização das principais áreas do serviço público federal, bem como a intervenção do governo federal nas instituições federais de ensino, pela nomeação de reitores não eleitos pelas comunidades acadêmicas evidenciam como este processo de fascistização está ocorrendo no Brasil. No dossiê intitulado *Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino*, o ANDES/SN (2021b) examina os dados sobre a composição do atual governo revelando que, até fevereiro de 2021, os militares controlavam 8 dos 22 ministérios, além de várias áreas estratégicas do serviço público federal e de estatais. Tal composição levou, em junho de 2020, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) à aprovação do pedido do Ministro Bruno Dantas para que o referido órgão realizasse um levantamento do número de militares da ativa e da reserva exercendo cargos no serviço público civil nos últimos três governos (Dilma Rousseff, Michael Temer e Jair Bolsonaro). O pedido do ministro fundamentou-se no indicativo de que estaria em curso “[...] uma possível militarização excessiva do serviço público civil” (BRASIL, 2020a, p. 1).

O levantamento foi realizado pela Secretaria Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, em julho de 2020, demonstrando que o número total de militares ativos e na reserva ocupando cargos civis no governo Bolsonaro era de 6.157 e que o referido número representava um aumento de 108,22% em relação a 2016 (BRASIL, 2020b). Esses militares estão atuando em cargos comissionados, por contratos temporários e acumulando funções nas mais diferentes áreas da administração pública.

O TCU revelou que os militares atuam em cargos comissionados na Presidência da República/PR, na Vice-presidência da República/VPR e no Ministério da Defesa/MD. Atuam também por contratos temporários em áreas diversas do Governo Federal, como o INSS, os conselhos de administração de estatais, como professores e profissionais da saúde. Mais de 92% desses militares estão em cargos abertos no Governo Bolsonaro, especialmente, no Poder Executivo e, em sua maioria pertencem ao Exército Brasileiro<sup>4</sup> (ANDES/SN, 2021b).

Neste contexto de intensa fascistização das estruturas de poder, cabe também ressaltar outra expressão da exacerbação do autoritarismo do governo Bolsonaro: sua sistemática intervenção nas instituições federais de ensino como expressão das estratégias de silenciamento das vozes críticas ao projeto autoritário em curso no país.

---

<sup>4</sup> A análise detalhada do processo de militarização das estruturas de poder no Brasil, pós 2019, está disponível em ANDES/SN (2021b).

O mesmo dossiê do ANDES/SN (2021b) ressalta que, no período de 2019 a 2021, o governo federal realizou um total de 25 nomeações arbitrárias de reitores em universidades e institutos federais<sup>5</sup>, desrespeitando as votações realizadas pelas comunidades acadêmicas e evidenciando um processo agressivo que reconfigura profundamente o serviço público federal, bem como, fere a autonomia de gestão, financeira e político-pedagógica e a democracia interna nas instituições federais de ensino. Tais nomeações demonstram como a devastação autoritária está sendo conduzida pelo Governo Bolsonaro pelas ações de silenciamento das vozes consideradas dissonantes e pela indicação dos representantes do seu projeto fascistizante nas instâncias político-pedagógicas das instituições públicas de ensino.

É neste contexto de ofensiva que o Governo Federal apresenta o *Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se*, Projeto de Lei 3.076/2020<sup>6</sup> (BRASIL, 2020a). O foco do programa *Future-se* encontra-se na comercialização da produção acadêmica das instituições federais de ensino e na apropriação dos patrimônios dessas instituições, transferindo-os para os fundos, organizados pelas fundações privadas e capitalizando-os no mercado financeiro. É uma lógica que busca, de maneira evidente, a refuncionalização da universidade brasileira, no sentido de assumir

[...] a função de organização voltada para fins particularistas e utilitaristas, subordinada aos dispositivos de poder do capital, não ciosa de sua autonomia e, cada vez mais frequentemente, a serviço da legitimação do que é ilegítimo, comprometendo a ética na produção do conhecimento (LEHER, 2019, p. 191).

O programa *Future-se* só pode ser examinado articulado à EC 95/2016 anteriormente analisada como expressão de um contexto marcado pelos sistemáticos cortes e contingenciamentos do financiamento público para a educação superior pública. Trata, portanto, de um modelo de financiamento (privado) e de gestão (empresarial) que ressignifica as funções político-pedagógicas da educação pública, esvaziando o sentido de produção e socialização do conhecimento crítico e criativo e a busca de soluções para os problemas sociais urgentes de um país capitalista dependente, substituídos pela venda de *serviços educacionais* e de bens imobiliários das instituições públicas, e pelo investimento no lucrativo mercado financeiro.

### **Considerações Finais: a luta persiste!**

É incontestável que toda a dinâmica violenta de retrocessos no Brasil tem acarretado inúmeros desafios para a educação superior e a universidade pública em particular, principalmente quanto: a) à organização coletiva e às lutas em defesa da universidade pública; b) ao trabalho docente em suas condições objetivas e subjetivas de realização; c) à socialização e à produção do conhecimento crítico; e d) à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (DUARTE, 2020b). No entanto, ainda que estejamos em um

---

<sup>5</sup> Para identificação das instituições que sofreram esta ação ver Dossiê *Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino* (ANDES/SN, 2021b).

<sup>6</sup> Diante dos limites desse texto, analisaremos brevemente a última versão do Projeto de Lei 3.076/2020 (BRASIL, 2020a), apresentado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados no dia 02/06/2020 que trata da criação do programa *Future-se*.

contexto de profundos e intensos ataques à educação superior, conduzidos pelas ações fascizantes do governo Bolsonaro, a universidade pública resiste e luta, porque o processo de organização da classe trabalhadora é imprescindível e determinante diante das disputas de classe no capitalismo dependente.

Segundo Leher (2019), as mobilizações sociais vêm sendo ampliadas, apesar dos desafios contemporâneos, por meio de diversas formas de organização coletiva, inclusive discente, que “[...] têm logrado jornadas de lutas de considerável importância, denunciando medidas antiuniversitárias e lutando em prol do público” (LEHER, 2019, P. 181).

Nesta perspectiva, destacamos o movimento nacional docente, representado pelo seu Sindicato Nacional, o ANDES/SN<sup>7</sup>. Por meio de variadas publicações teórico-políticas e ações diversas de luta e mobilização, o ANDES/SN vem atuando não somente na defesa permanente da universidade pública e contra a precarização do trabalho docente, mas tem construído ativamente várias resistências na sociedade brasileira. Recentemente (o6 a 10/12/2021) o ANDES/SN realizou a *Semana Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra os Cortes*, por meio de atividades locais promovidas pelas seções sindicais e pela agenda de ações efetuadas em Brasília (DF) (atos culturais, debates, mesas redondas, intervenções artísticas, exibição de filmes e rodas de conversa). O principal objetivo da semana foi “[...] chamar a atenção da sociedade para a importância da recomposição orçamentária e financiamento adequado da educação pública” (ANDES/SN, 2021a, não paginado).

Cabe sublinhar que esta semana nacional de ações em defesa da educação pública é parte da campanha *Defender a Educação Pública, essa é a nossa escolha para o Brasil*, lançada em setembro/2021, para ampliar a luta pela recomposição orçamentária no campo da educação. Como salienta o próprio ANDES/SN (2021a, não paginado), “[...] diversos conteúdos, como vídeos, postagens em redes sociais e outros materiais visam dialogar com a população sobre a importância da educação pública de qualidade”.

Em tempos de pandemia mundial da COVID-19 a luta deve ser ainda mais acirrada em defesa da educação superior pública, uma vez que as contrarreformas avançam e encontram ambiente favorável para a continuação da precarização e do desmonte da educação superior pública no país, especialmente por meio do precarizado, desigual e excludente ensino remoto emergencial (ERE)<sup>8</sup>.

Como vimos nas reflexões contidas neste texto e como ressalta Farage (2021, p. 63-64), “[...] não será necessário um projeto de venda das instituições de ensino superior pública, como

---

<sup>7</sup> O ANDES/SN é filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) e constitui-se a partir de diretoria nacional, diretorias regionais e seções sindicais que são organizadas pela base e situadas nas instituições federais de ensino, ou seja, nos locais de trabalho. As ações das “seções sindicais é que fazem o trabalho de base em cada universidade e, dentro de cada universidade, em cada unidade” (DUARTE, 2020b, p. 163).

<sup>8</sup> Devido aos limites deste texto não é possível aprofundar as análises sobre o ERE em tempos pandêmicos no Brasil. Por isso, para aprofundamentos, indicamos amplo material produzido pelo ANDES/SN em seu site e também o texto “Educação superior em tempos de retrocesso e os impactos na formação profissional do Serviço Social”, da autora Farage (2021).

querem fazer com outras estatais (Petrobras e Correios). A universidade, em sua aparência de pública, ainda é necessária para o projeto em curso do capital”. Logo,

Não devemos esperar que as portas das universidades públicas sejam fisicamente fechadas. A obstrução dar-se-á por outros caminhos. As portas, enquanto permanecem fisicamente abertas, se abrem cada vez mais para o mercado e se fecham para a perspectiva de uma sociedade humanizada e igualitária, em que a produção do conhecimento, de forma livre, seja condição para a emancipação da humanidade (FARAGE, 2021, p. 64).

Sendo assim, é preciso manter a direção da luta na urgência de se instituir, nos termos de Mészáros (2008), uma “[...] radical mudança estrutural. Uma mudança que nos leve *para além do capital*, no sentido genuíno e educacionalmente viável do termo [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25, grifos do autor), uma vez que o maior desafio é compreender e agir no mundo a partir de uma lógica desalienante e emancipatória. Por isso, ratificamos a concepção de educação deste autor como ponto de partida primordial para o fortalecimento da agenda de lutas em defesa da universidade pública:

A concepção de educação aqui referida – considerada não como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como o *desenvolvimento contínuo da consciência socialista* na sociedade como um todo – assinala um afastamento radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado (MÉSZÁROS, 2008, p. 79, grifos nossos).

A luta em defesa da universidade pública tem sempre que se pautar nos termos da sua relevância estrutural e dinâmica, considerando que a universidade brasileira está inserida nas relações constituídas pelo capitalismo dependente, conforme analisamos anteriormente. Nos dizeres do mestre Florestan Fernandes (FERNANDES, 1979a), esta universidade precisa ocupar de fato a função de produção de saber original e centro de invenção criadora, a partir de uma direção emancipatória que se liberte das amarras dos traços fascistóides impostos pela agressiva e violenta burguesia nativa, em associação com os interesses imperialistas. Por isso, não é desproporcional retomar a concepção multifuncional da universidade pública que embalou as lutas nos anos 1960/1970 dos movimentos sociais (estudantil, docente etc.), nos quais Florestan Fernandes se incluía e muito contribuiu.

Dessa perspectiva, a concepção multifuncional da universidade, surge, a um tempo, como símbolo de maturidade intelectual nos marcos da civilização vigente, como resposta à democratização das oportunidades educacionais e das formas de saber, e como condição e efeito de complexos processos nacionais de autonomização cultural. Ela representa, um bem a conquista de um novo patamar, pelo qual as nações emergentes se projetam (ou tentam projetar-se) na luta pelas condições institucionais de produção do saber científico e tecnológico (FERNANDES, 1975b, p. 244).

Nestes sentidos, conforme ainda Fernandes (1975b), a universidade pública passaria a definir-se e a organizar-se por meio de quatro finalidades essenciais: 1) a missão cultural marcada pela transmissão e conservação do saber; 2) a missão investigadora, que conduziria à expansão do saber; 3) a missão técnico profissional, vinculada à formação de pessoal de nível superior que atenda às necessidades da sociedade; e 4) a missão social, direcionada para “[...] manter-se a serviço da sociedade brasileira, como um dos

fatores dinâmicos do estilo de vida intelectual e da evolução da cultura” (FERNANDES, 1975b, p. 244).

Como analisado por Duarte, Souza, Lima (2021, p. 22) “[...] a universidade pode proporcionar suporte material, intelectual e de desenvolvimento para a produção criadora, operando como um elo entre as demais instituições e a sociedade”. Desse modo, é fundamental pensar a universidade pública brasileira a partir do resgate desta concepção multifuncional e de suas quatro missões essenciais, nos termos de Fernandes (1975b), considerando as particularidades e os desafios atuais, mas, sobretudo, tomando-a como relevante espaço de resistência para a luta contemporânea.

Leher (2019) analisa ainda a necessidade de lutas sistemáticas nacionais organizadas pelas diversas entidades do campo da educação, sob a composição de trabalhadores e estudantes (educação básica em conjunto com a educação superior), em interlocução com partidos políticos combativos da agenda bolsonarista, vinculadas às lutas mais amplas que ultrapassem a atuação de cada movimento e envolvam os problemas reais da dependência brasileira. Na verdade, as lutas mais amplas demandam e exigem, de algum modo, a presença ativa da universidade pública.

A relevância das lutas se espraia para além da importância da deleção ou do protesto, mas invade a urgência do questionamento da realidade, a produção crítica do conhecimento, o desenvolvimento de pesquisas afinadas com as questões nacionais, uma vez que a produção crítica e qualificada do conhecimento pode também se constituir como uma das estratégias de resistência aos tempos atuais. Na realidade, precisamos defender que

A investigação científica precisa ser estimulada e intensificada na universidade e financiada pelo Estado para que se estimulem produções públicas, criativas, inovadoras e necessárias para a sociedade brasileira. A universidade tem um papel social importante e precisa continuar a ser o lócus da produção de conhecimento qualificado, plural e coletivo (DUARTE, SOUZA, LIMA, 2021 p. 33).

Diante disso, podemos compreender que as lutas alimentam a produção do conhecimento crítico e o conhecimento crítico subsidia também as lutas sociais. Conforme Leher (2019),

[...] a articulação dos setores críticos da universidade com as lutas dos movimentos contribui para que estes tenham conhecimentos mais sistemáticos e fundamentados dos problemas que motivam suas ações, fortalecendo as lutas sociais [...] ao mesmo tempo, a interação dos movimentos com espaços da universidade, exigindo maior atenção aos problemas vividos pelo povo, fortalece os setores críticos no espaço acadêmico que, assim, tem suas pesquisas legitimadas pelas demandas sociais (LEHER, 2019, p. 188).

Nesta direção, somamos outro indicativo para as lutas pela educação superior: o estímulo a práticas formativas que instiguem o diálogo fecundo e permanente entre a universidade pública e a sociedade, em especial os trabalhadores do campo e da cidade, jovens, povos originários, negros, homens e mulheres do nosso tempo que vivem condições objetivas e subjetivas de vida e trabalho marcadas por tanta exploração e

desigualdade. É preciso refletir e analisar com seriedade teórica e política os problemas do Brasil, estudar a realidade brasileira e seus dilemas e desafios, dentre eles a educação superior.

Como atenta Leher (2019, p. 192), tudo isso “[...] requer uma reapropriação das pedagogias críticas”. Portanto, é necessário também compreender “[...] a luta social como processo de aprendizagem política e de formação da consciência [...] em que a formação política (seja) capaz de elevar a consciência da ‘classe em si’ para a ‘classe para si’ [...]” (LEHER, 2019, p. 202), a partir de fortes vínculos entre os espaços de formação e os movimentos sociais.

Os desafios são muitos e imensos, mas isto não é motivo para nos imobilizar, pelo contrário, deve ser encarado como combustível para robustecermos as lutas coletivas. Assim, finalizamos estas breves contribuições ao debate teórico e político atual sobre a educação superior e, nela, a universidade pública no Brasil, reafirmando a intransigência da luta coletiva, em que o papel dirigente e a articulação entre as entidades organizativas e os movimentos sociais são necessários e fundamentais, uma vez que mudanças reais terão de ser construídas e conquistadas na sociedade (FERNANDES, 1979a), ou seja, na alteração da estrutura da sociedade capitalista, em especial, dependente.

Definitivamente não há *fórmulas mágicas* para o enfrentamento do contexto regressivo e agressivo atual imposto à sociedade brasileira e, em especial, à educação superior e a universidade pública, mas sabemos que não cabe fuga ou hesitação. O que de fato urge é “[...] *enfrentar a desesperança e renovar lutas, indignação, vontade e ação* para romper [...] com o projeto privatista em curso e construir um novo caminho” (DUARTE, 2020b, p. 179, grifos da autora).

A tarefa é árdua e complexa e não devemos lutar somente por questões imediatas, mas de fato contribuir na direção distinta do que temos: a luta deve ter um horizonte socialista. Neste processo, é imprescindível pensar que a universidade pública brasileira é estratégica, até porque a universidade pública detém potencial inventivo e criativo para contribuir com a perspectiva da virada do jogo da dependência em terras brasileiras, e a luta coletiva (defensiva e ofensiva) é a única saída realmente viável nesta direção.

## Referências

ANDES/SN. **ANDES-SN realiza Semana Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra os Cortes**. Brasília (DF): ANDES, 2021a. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aANDES-sN-realiza-semana-nacional-em-defesa-da-educacao-publica-e-contra-os-cortes1>. Acesso em: 4 dez. 2021.

ANDES/SN. *Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino*. Brasília: ANDES, 2021b. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/abril2021/DossieMilitarizacao.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Compilado**: Gráficos de Pizza do Orçamento Geral da União (Executado) – 2011-2019. Brasília (DF), 5 dez. 2019. Disponível em:

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/graficos-de-pizza-do-orcamento-geral-da-uniao-executado-2011-2018/>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.076, de 2 de junho de 2020. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores — Future-se**. Brasília (DF): Congresso Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=225432>. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória 785, de 6 de julho de 2017a**. Brasília (DF), 2017a. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/129997>. Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.530, de 7 de dezembro de 2017b**. Brasília (DF), 2017b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13530.htm). Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Brasília (DF), 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências**. Brasília (DF), 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI**. Brasília (DF), 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm). Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências**. Brasília (DF), 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm). Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Número de brasileiros com graduação cresce 109,83% em 10 anos. **Notícias**, Brasília (DF), 3 maio 2012. Brasília (DF): MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/17725-numero-de-brasileiros-com-graduacao-cresce-10983-em-10-anos#:~:text=O%20percentual%20de%20brasileiros%20com,%2C83%25%20nesses%20dez%20anos>. Acesso em: 16 nov. 2021.



BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Comunicação do Ministro Bruno Dantas**. Brasília (DF): TCU, 2020a. Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2020/06/Comunicac%CC%A7a%CC%830-Militarizac%CC%A7a%CC%830-2-1.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Memorando nº 57/2020-Segecex**. Brasília (DF): TCU/Secretaria-Geral de Controle Externo, 2020b. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-tcu.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, Kátia Regina de Souza (org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020a, p. 77-93.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Educação Superior e Trabalho Docente no Serviço Social**: processos atuais, intensificação, produtivismo e resistências. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020b.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento; SOUZA, Fernanda Hermínio Trajano de; LIMA, Rebeca Sulamita Brasil de. A relevância da pesquisa científica nas ciências humanas e sociais no capitalismo dependente. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v. 7, n. 13, p. 15-36, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/12621/9744>. Acesso em: 6 dez. 2021.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Brasil**: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. Coleção Pensamento Socialista. São Paulo: HUCITEC, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979a.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: HUCITEC, 1979b.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão popular, 1975b.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017**. Brasília (DF): IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). **Censo da Educação Superior**: sinopse estatística da educação superior - 2017. Brasília (DF), 2017. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf). Acesso em: 30 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (BRASIL). **Censo da Educação Superior**: sinopse estatística da educação superior - 2002. Brasília (DF), 2002. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_sinopse\\_estatistica\\_2002.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/censo_da_educacao_superior_sinopse_estatistica_2002.pdf). Acesso em: 16 set. 2020.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

LIMA, Kátia; SOARES, Marcela. Capitalismo dependente, contrarrevolução prolongada e fascismo à brasileira. In: Kátia Lima. (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Universidade e Sociedade**, Brasília (DF): ANDES, n. 55, p. 32- 43, fev. 2015.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada**. São Paulo: Amarante Editorial, 2017.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.

---

**Janaína DUARTE**

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Político Sociais (POLITIZA/UnB), coordenando a linha de pesquisa “Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente”. Vice coordenadora da Rede Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social (Rede CADESS).

**Kátia LIMA**

Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora/coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPESS/UFF). Coordenadora da Rede Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social (Rede CADESS).

---